

Clipping Diário

TJPI



11.01.2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	11.01.2019	-	

JUDICIÁRIO

TJ empossa hoje nova Diretoria da Escola Judiciária

A Presidência do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) empossa a nova Diretoria da Escola Judiciária do Estado do Piauí (Ejud-PI) hoje (11), às 11 horas, no gabinete. Os desembargadores Fernando Lopes e Silva Neto e Raimundo Nonato da Costa Alencar tiveram seus mandatos renovados, na sessão plenária do dia 15 de outubro de 2018, para os cargos de diretor-geral e vice-diretor da Escola Judiciária (Ejud-PI), respectivamente, no biênio 2019/2020.

O desembargador Fernando Lopes destacou que a Ejud é o principal órgão de capacitação e qualificação de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Piauí. “É com alegria que recebo esta missão de continuar a administração da Ejud por mais dois anos. A capacitação e a formação de magistrados e servidores tem uma relação direta com a melhor prestação jurisdicional. Nesta gestão que se encerra, tivemos total apoio do desembargador Erivan Lopes (pre-

sidente do TJ-PI no biênio 2016/2018) e esperamos continuar com o mesmo apoio na gestão do desembargador Sebastião Martins”, afirmou o desembargador.

O diretor-geral, que esteve à frente da Escola também no biênio 2017/2018, ressaltou ainda a recente parceria firmada com a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) visando à oferta de cursos à distância por meio do programa de mediação tecnológica “Canal Educação”, o que possibilitará a expansão

da atuação da Ejud-PI junto a comarcas do interior.

A Ejud tem como missão garantir a excelência do aperfeiçoamento contínuo de servidores e magistrados do Poder Judiciário do Piauí, proporcionando um novo padrão de qualidade aos serviços do Judiciário, através de uma capacitação que promova o desenvolvimento de competências de forma mais democrática, abrangendo os profissionais da capital e do interior em benefício da sociedade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O Dia	11.01.2019	-	

Justiça e indústria no Piauí

Gilberto Diego Verissimo Pedrosa -
Presidente da Associação Industrial do Piauí - AIP

O desembargador Sebastião Martins tomou posse, na segunda-feira (07), na presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em solenidade bastante concorrida em que, por um lado, mostra o respeito da sociedade pela instituição e, muito particularmente, pelo desembargador que assume tão nobre função. Ele assume em um momento em que o país passa por profundas transformações em vários setores e, certamente, não será alheio à importância do momento.

Ao tomar posse, o desembargador Sebastião Martins elencou cinco metas a serem

alcançadas até o final de sua administração.

Para quem achou pouco, o presidente alertou que elaborou todo um Plano de Gestão.

A otimização da justiça não é apenas um desejo, mas, sobretudo, uma necessidade. Reconhecemos que ao longo dos anos muito foi feito para agilizar os processos e encurtar prazos, mas a própria meta estipulada pelo desembargador Sebastião Martins é um claro sinal de que ainda há muito a ser feito e só podemos manifestar nossa satisfação com a priorização dessa questão pelo desembargador que pode contar com o apoio irrestrito dos setores produtivos do estado nesta árdua missão.

A essas metas, o setor produtivo do Piauí gostaria de sugerir outra, tão importan-

te e que tem papel decisivo no próprio desenvolvimento do estado, especialmente da construção civil: a busca por mais eficiência cartorária. É fato que já foram tomadas várias medidas nesse sentido, mas, tal qual ocorreu em relação às ações para melhorar a produtividade e a temporariedade, ainda há muito a ser feito.

Hoje, um dos grandes entraves para o crescimento da construção civil no Piauí e, especialmente, em Teresina, é a lentidão dos trâmites cartorários. Obras são atrasadas e até suspensas devido a dificuldade de se conseguir dar andamento nos cartórios específicos à toda a documentação que a exigente legislação obriga para que um prédio, por exemplo, seja levantado e, posteriormente, comercializado e entregue

aos proprietários.

Ouso dizer, desembargador Sebastião Martins, que os empresários da construção civil enfrentam uma verdadeira via crucis para regularizar uma obra, com a diferença que esta via crucis se estende por anos e anos, provocando atrasos desde o início das obras até a entrega dos imóveis aos seus proprietários que também são penalizados com uma burocracia extenuante e, muitas vezes, desestimuladoras.

Esses problemas afetam o Piauí de diferentes formas: como a construção civil responde pela mais extensa cadeia produtiva da economia, centenas de empregos deixam de ser criados quando um único prédio deixa de ser construído. Desde os

empregos criados na extração das matérias-primas bá-

sicas (areia, barro, cascalho), passando por motoristas que transportam estes materiais, empregados na indústria cerâmica, de cimento, operários, enfim, uma gama de profissionais que aumentam as estatísticas de desemprego devido a essa burocracia cartorária.

O próprio tribunal deixa de arrecadar, assim como a prefeitura e o governo do estado, além do federal, pois enquanto o empresário não legaliza uma obra e o edifício posteriormente, ele, em regra, não tem como iniciar uma nova. O tribunal deixa de arrecadar nos cartórios, a prefeitura, as taxas e o IPTU; o governo do estado, o ICMS; e o governo federal, o IPI, sem se falar no emaranhado de taxas e licenças.

Logo, urge que seja dada atenção especial também a

essa questão. Nós, da Associação Industrial do Piauí (AIP) e do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), ao tempo em que clamamos por uma solução que resolva ou amenize esse drama, nos colocamos a disposição para discutirmos conjuntamente o problema e as soluções. É uma cultura que criamos ao longo das últimas décadas, de não apenas cobrar, mas de contribuir para a solução.

Por último, desejamos sucesso ao desembargador Sebastião Martins na condução do Tribunal de Justiça neste biênio iniciado agora. Que tenha forças para vencer as resistências daqueles que contribuem para nosso atraso econômico e social e torne a Justiça do Piauí um exemplo para o Brasil, como já aconteceu em vários setores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O Dia	11.01.2019	-	



POSSE

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins toma posse como novo presidente do TJ/PI - Melhoria da produtividade, incentivo à mediação e à conciliação e combate à violência contra a mulher. As três prioridades elencadas pelo desembargador Sebastião Ribeiro Martins durante sua posse como presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) para o Biênio 2019/2020, no dia 7/1. Empossados os demais diretores da Corte para o novo Biênio: os desembargadores Haroldo Oliveira Rehem (vice-presidente), Hilo de Almeida Sousa (corregedor-geral da Justiça) e Oton Mário José Lustosa Torres (vice-corregedor geral da Justiça). Contou com a presença de autoridades como o governador Wellington Dias e do governador em exercício do Maranhão, Carlos Brandão. Na foto Sebastião Martins com a esposa Solange Martins e os filhos Morgana, Cláudia e Paulo Solano. **Chics!!!**

